

## Relatório de Pilar 3

---

Em atendimento aos requisitos estabelecidos na Circular BCB 3.930/19, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3, apresentamos relatório que descreve as estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação do Conselho de Administração (CA) e da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos da instituição e as suas principais atividades e riscos relevantes.

As informações contidas neste relatório são relativas ao ano de 2020.

### Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

#### Tabela OVA, com os campos “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h”

(a) A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba – Sicoob Coopecredi, é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo e integrante do Sistema Cooperativo Sicoob e que iniciou as atividades em 15/12/1974, tem por objetivos principais:

- 1) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- 2) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- 3) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e seus princípios.

No modelo de negócios mantido pela Cooperativa, os principais riscos incorridos são os descritos a seguir:

Capital; Crédito; Mercado e IRRBB; Liquidez; Operacional; Socioambiental; Conformidade (Compliance); Estratégico e Reputação.

O perfil de risco da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba – Sicoob Coopecredi está adequado ao seu modelo de negócios, e seus limites regulamentares e gerenciais estão estabelecidos na sua Declaração de Apetite aos Riscos.

(b) A estrutura de governança de riscos da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos:

Estrutura Centralizada no Sicoob Confederação de Gestão Integrada de Riscos e Capital, nos termos do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.557/17, que tem como atribuições:

- 1) definir políticas, manuais, procedimentos e sistemas para o gerenciamento de riscos e capital das entidades do Sicoob;
- 2) definir e acompanhar os indicadores de riscos e capital, regulamentares e gerenciais;
- 3) providenciar o relacionamento com órgãos de supervisão externa e interna;
- 4) prestar suporte técnico às entidades de 1º e 2º níveis;

### **Relatório de Pilar 3**

---

- 5) reportar, aos órgãos de governança competentes, as informações referentes ao gerenciamento de riscos e de capital das entidades do Sicoob.

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 48 da Resolução CMN nº 4.557/17, que tem como atribuições:

- 1) aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual, as políticas, estratégias de gerenciamento de riscos e de capital, bem como fixar os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS);
- 2) assegurar a aderência da entidade às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos estabelecidos;
- 3) definir o diretor responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital;
- 4) fazer recomendações de aperfeiçoamento das políticas, manuais, sistemas e procedimentos relacionados a gestão de riscos e capital;
- 5) assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- 6) autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos e aos limites e níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- 7) promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na entidade;
- 8) assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- 9) garantir que a estrutura remuneratória adotada pela entidade, não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- 10) assegurar que a entidade mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez.

A Diretoria de Riscos, nos termos do artigo 44 da Resolução CMN nº 4.557/17, que tem como atribuições:

- 1) supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- 2) subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o Conselho de Administração;
- 3) implementar e executar os procedimentos descritos nas políticas e nos manuais relativos ao tema;
- 4) responsabilizar pela adequação da entidade aos limites estabelecidos na RAS e aos objetivos estratégicos da entidade, das políticas, dos processos, relatórios, sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de riscos;

### Relatório de Pilar 3

---

- 5) supervisionar os processos e controles relativos à apuração dos montantes RWA e ao requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR);
  - 6) reportar, aos órgãos de governança competentes, as informações referentes ao gerenciamento de riscos e de capital;
  - 7) responsabilizar pela capacitação adequada dos empregados acerca das políticas, dos relatórios, sistemas e modelos da estrutura de gerenciamento de riscos.
- (c) A estrutura centralizada no Sicoob Confederação de gestão integrada de riscos e capital em conjunto com governança de riscos da entidade possui os meios de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição descritos a seguir:
- 1) cursos presenciais sobre gerenciamento de riscos e capital;
  - 2) Manuais de Instruções Gerais (MIGs):
    - 2.1. Gerenciamento de Capital
    - 2.2. Plataforma de Risco de Crédito
    - 2.3. Risco Operacional
    - 2.4. Risco Socioambiental
    - 2.5. Risco de Liquidez
    - 2.6. Risco de Mercado
  - 3) Políticas:
    - 3.1. Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira
    - 3.2. Política Institucional de Gerenciamento de Capital
    - 3.3. Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito
    - 3.4. Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez
    - 3.5. Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado
    - 3.6. Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e de Capital
    - 3.7. Política Institucional de Resolução de Cooperativas do Sicoob em Risco de Descontinuidade
    - 3.8. Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental
    - 3.9. Política Institucional de Risco Operacional
- (d) O Sicoob Confederação, por meio da Superintendência de Gestão de Riscos e Capital, com reporte ao Diretor de Desenvolvimento e Supervisão é o responsável pela gestão centralizada e integrada de riscos e capital das entidades do Sicoob, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital, os quais possuem manuais próprios, estabelecendo padrões para as respectivas instrumentalizações.

### Relatório de Pilar 3

---

Por meio da Gestão Integrada de Riscos, o Sicoob busca explicitar o apetite a risco das Entidades, conhecer e buscar as oportunidades de ganho, bem como identificar e mitigar as perdas, mensurar e avaliar os riscos de forma integrada e promover a união entre controles internos, segurança da informação, auditoria e processos.

São implementados mecanismos que possibilitam a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pelas entidades, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos de capital.

A entidade possui metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos regulamentares e que refletem o seu apetite a risco, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente.

São realizados Testes de Estresse e avaliação de seus impactos no capital da entidade.

Estão disponíveis relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

- (e) O reporte de riscos ao Conselho de Administração e à Diretoria da entidade ocorre de forma permanente, tendo as responsabilidades sobre a comunicação de cada ente participante descrita nos Manuais de Instruções Gerais (MIG) e nas Políticas de cada risco, sendo as principais descritas abaixo:

1) Conselho de Administração:

1.1. informar, tempestivamente, à área responsável pelos riscos da Confederação, no caso de a cooperativa ser uma Central, e informar à Central a qual está filiada, no caso da cooperativa ser uma Singular, qualquer evento que possa provocar impacto no capital da cooperativa, gerando desenquadramento nos níveis do capital regulamentar;

2) Diretoria:

2.1. reportar ao Conselho de Administração sobre qualquer evento que produza impacto no capital da entidade;

3) Área de Riscos:

3.1. informar à Diretoria Executiva sobre qualquer evento que produza impacto no capital da entidade.

- (f) Para o Teste de Estresse aplicado na estrutura de capital da entidade, foi criada uma base de dados contendo os registros de operações que são realizadas e que produzem exposição ao risco, foram usados de forma integrada os dados da inadimplência das operações de crédito contratadas e seu respectivo impacto no fluxo de caixa, foram utilizados também os saldos das contas de Receitas que causam impacto no PR da cooperativa ajustados negativamente. Foram utilizadas as exposições ao risco de mercado e IRRBB da cooperativa e sua exposição ao risco de liquidez, sendo relacionadas através do cálculo em conjunto das exposições ao risco dos instrumentos que compõem as carteiras e que produzem impacto direto na RBAN e no PR da cooperativa.

### **Relatório de Pilar 3**

Compõem a base de dados as exposições ao risco socioambiental da cooperativa e seu respectivo impacto no risco de mercado e no risco de crédito, considerou-se também os dados do estresse aplicado nas exposições ao risco de mercado da cooperativa e seu impacto negativo direto na respectiva exposição ao risco de crédito, que é um fator de correlação entre os dois riscos.

Os riscos considerados no Teste de Estresse da entidade, nos termos do artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/17, são os que seguem:

1) Riscos Financeiros:

1.1. Os riscos financeiros da entidade residem nos ativos e nos passivos que compõem o balanço, associados às flutuações (ou volatilidades) nos preços de ativos e dos níveis de taxas, considerando as dimensões de risco de mercado e risco de variação das taxas de juros para instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de crédito e de liquidez;

1.2. Risco de Mercado;

1.3. Risco de Crédito;

1.4. Risco de Liquidez;

1.5. Risco de variação das taxas de juros para instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

2) Riscos Não Financeiros:

2.1. Os riscos não financeiros da entidade envolvem, entre outros aspectos, eventos com potencial de afetar a imagem e a reputação da cooperativa, bem como derivar em perdas financeiras indiretas;

2.2. Risco Socioambiental;

2.3. Risco Operacional.

Os pressupostos utilizados na aplicação do Teste de Estresse e que afetam seu resultado são os que seguem:

Todas as posições sujeitas à variação de taxas de juros (taxas de juros prefixadas e taxas dos cupons de moedas estrangeiras, índices de preços e taxa de juros) classificadas na carteira banking e trading são estressadas, as posições por vértices (21 a 2.520 dias úteis) são recalculadas após a aplicação dos choques paralelos na curvas de juros, e o impacto financeiro sobre a RBAN, o Patrimônio de Referência, e demais Indicadores Operacionais da cooperativa é avaliado. Além do impacto sobre o Patrimônio de Referência, as posições estressadas classificadas na carteira de negociação originam novas parcelas de requerimento de capital para risco de taxas de juros (PJUR1, PJUR2, PJUR3, PJUR4).

No caso das taxas prefixadas (PJUR1), a cada curva de juros gerada por um choque, novos parâmetros regulamentares de exigência de capital são calculados.

### Relatório de Pilar 3

---

Ao final, a Análise de Sensibilidade simula o impacto nos índices de capital, RBAN, Índice de Basileia (IB), Índice de Capital de nível I (IPR1), Índice de Capital Principal (ICP), Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e PR, de choques extremos nas principais variáveis econômico-financeiras.

- (g) A mitigação dos riscos da entidade resulta das boas práticas descritas em suas políticas e manuais e está alicerçada em alguns pilares fundamentais:
- 1) Adoção e padronização de critérios técnicos de análise e aceitação de risco;
  - 2) Tomada de decisões colegiadas;
  - 3) Adoção do princípio “Conheça o seu Associado”;
  - 4) Monitoramento permanente e integrado dos riscos;
  - 5) Planejamento Estratégico robusto e integrado;
  - 6) Utilização de uma estrutura técnica especializada e centralizada.

Os pilares descritos estão alicerçados em aspectos indispensáveis para que a estrutura de gerenciamento de riscos funcione como previsto. A adoção de mecanismos padronizados e de critérios formais de decisão reduz a possibilidade de eventos de risco que possam implicar em perdas pela entidade.

- (h) O gerenciamento do capital da entidade é realizado através da atuação da área responsável pela gestão de riscos e capital do Sicoob Confederação, que é a entidade responsável pela estrutura e operacionalização do gerenciamento centralizado de capital das cooperativas do Sicoob, da área responsável pela gestão de riscos e capital da Central a qual a entidade é filiada, e a área responsável pela gestão de riscos e capital da própria entidade.

A estrutura de gerenciamento do capital da entidade, prevê:

- 1) monitoramento e controle do capital da entidade com objetivo de manter o capital de Nível I e o Patrimônio de Referência em níveis compatíveis com os riscos e exposições incorridos;
- 2) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da entidade.
- 3) avaliação prospectiva, buscando a antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- 4) avaliação e reporte dos impactos e dos resultados dos testes de estresse no capital da entidade;
- 5) produção de informações gerenciais para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da entidade, sobre a estrutura de capital e seus níveis de adequação.

O resultado destes processos é utilizado para realizar a projeção do capital da entidade. Com base nessa estimativa é possível calcular os requerimentos mínimos e as margens de capital de forma prospectiva, os quais são apresentados à Diretoria Executiva, responsável por deliberar sobre a eventual necessidade de capitalização da entidade.